



EDITAL DE LICITAÇÃO

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação, de forma contínua, de serviços de limpeza, asseio e conservação, com fornecimento dos saneantes domissanitários e artigos para higiene e limpeza, bem como todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios, bem como de suporte administrativo, operacional e de manutenção de edificações localizadas nas Comarcas do interior do Estado de Minas Gerais.

RETIRADA DE EDITAIS PELA INTERNET

<http://www.tjmg.gov.br>

Senhor Fornecedor:

Caso deseje receber informações a respeito do andamento desta licitação, fineza preencher os dados abaixo e encaminhá-los pelo endereço: gecomp.coali@tjmg.gov.br ou pelo telefax (31)3224-2816.

Pregão Presencial nº 047/09	
Razão Social:	
Endereço:	
Contato:	
Fone:	Fax:
e-mail:	

O edital constante dos autos prevalecerá sobre o disponibilizado na Internet, caso haja divergências entre eles.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS****Requisitante:** Gerência de Acompanhamento e Gestão de Serviços Gerais – GESEG.**Objeto:** Prestação de serviços de serviços de limpeza e suporte administrativo nas Comarcas do Interior de Minas Gerais**LICITAÇÃO Nº 751/09****PROCESSO Nº 047/09****PREGÃO PRESENCIAL****Data da Sessão Pública:** 19.05.2009 às 10:00 horas**Local:** Rua Timbiras nº 1.802 – Belo Horizonte – MG.**Pregoeiro:** Henrique Esteves Campolina Silva**Equipe de apoio:** Márcia Andrade Alves

Valéria da Silva Tavares

Maria Luiza Vecchi Prates Lima

Danielle Castro Saporetti

Técnico de apoio: Giovana Gonçalves Antunes Brito

Pregoeiro e Equipe de Apoio designados pela Portaria nº. 2.271 de 19.12.2008

SUMÁRIO

PREÂMBULO.....	3
1. OBJETO	3
2. DA PARTICIPAÇÃO	3
3. DO CREDENCIAMENTO.....	3
4. DA FORMULAÇÃO DAS PROPOSTAS	4
5. DA SESSÃO DO PREGÃO	5
6. DA HABILITAÇÃO	7
7. DO RECURSO.....	9
8. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO	9
9. DA CONTRATAÇÃO.....	10
10. DA GARANTIA.....	10
11. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.....	10
12. DO PAGAMENTO.....	11
13. DO REAJUSTAMENTO.....	11
14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS	11
15. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL	11
16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS	11

Os anexos, constantes no item 16.11 deste Edital, estão em arquivos separados.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS****Requisitante:** Gerência de Acompanhamento e Gestão de Serviços Gerais – GESEG.**Objeto:** Prestação de serviços de serviços de limpeza e suporte administrativo nas Comarcas do Interior de Minas Gerais**LICITAÇÃO Nº 751/09****PROCESSO Nº 047/09****PREÂMBULO**

O Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais torna público aos interessados que promoverá a presente licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, a ser aberta no **dia, horário e local** já mencionados, regida pela Lei Federal nº 10.520, de 17.07.02, pelas Leis Estaduais nº 13.994, de 18.09.01, nº 14.167, de 10.01.02, pelos Decretos Estaduais nº 44.786 de 18.04.2008, nº 44.431, de 29.12.06, pela Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666 de 21.06.93, e alterações posteriores a estas normas, além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no presente Edital, destinada a selecionar a proposta mais vantajosa, pelo critério de julgamento do **menor preço mensal global**.

1. OBJETO

Contratação de empresa especializada para a prestação, de forma contínua, de serviços de limpeza, asseio e conservação, com fornecimento dos saneantes domissanitários e artigos para higiene e limpeza, bem como todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários à execução do objeto desta licitação, bem como de suporte administrativo, operacional e de manutenção de edificações e áreas do Poder Judiciário Estadual, localizadas nas Comarcas do interior do Estado de Minas Gerais.

2. DA PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar desta licitação os interessados que atenderem às exigências constantes deste Edital, inclusive quanto à documentação, que consiste em:

- credenciamento junto ao Pregoeiro, devendo o interessado, ou seu representante, comprovar a existência dos necessários poderes para a formulação de propostas e para a prática dos demais atos inerentes ao certame;
- declaração do licitante dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação;
- proposta comercial em envelope lacrado, no qual deverão constar, na parte externa, a identificação do licitante e o número da licitação, além dos dizeres: **Envelope 01 – Proposta Comercial**;
- documentos de habilitação em envelope lacrado, no qual deverão constar, na parte externa, a identificação do licitante e o número da licitação, além dos dizeres: **Envelope 02 – Habilitação**.

2.2. Não poderão participar da presente licitação:

- consórcios de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição;
- empresas ou sociedades estrangeiras;
- pessoas físicas ou jurídicas que estiverem suspensas de participar em licitação e impedidas de contratar junto a qualquer órgão da Administração Pública Estadual;
- pessoas físicas ou jurídicas que estejam declaradas inidôneas para licitar ou contratar junto a qualquer órgão da Administração Pública Estadual, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;
- pessoas físicas ou jurídicas cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto desta licitação;
- pessoas físicas ou jurídicas que incidirem no estipulado no art. 9º da Lei nº 8.666/93.

2.3. A participação no certame implica a aceitação de todas as condições estabelecidas neste instrumento convocatório.

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. No dia, hora e local estabelecidos neste Edital, o proponente deverá comprovar que detém poderes para a formulação de propostas e para a prática dos atos relativos ao certame, apresentando-se junto ao Pregoeiro munido de documento que o habilite, podendo utilizar-se, para tanto, do modelo de credenciamento do [Anexo XVII](#).

3.2. O representante a ser credenciado deverá ser distinto e único para cada licitante e comparecerá à sessão munido de documento de identidade e procuração pública ou particular com firma reconhecida. Caso a procuração seja por instrumento particular, deverá ser juntado o Contrato Social ou documento equivalente que comprove os poderes do outorgante.

3.3. Caso o credenciado seja sócio ou dirigente do licitante, é indispensável que se comprove, na ocasião, ser detentor de poderes que o habilitem a formular lances e praticar todos os demais atos inerentes ao certame, em nome do proponente.

3.4. O licitante enquadrado na condição de microempresa – ME ou empresa de pequeno porte – EPP que desejar obter os benefícios previstos no Capítulo V da Lei Complementar nº 123/06 e disciplinados no Decreto Estadual nº 44.630/07 deverá declarar ou comprovar tal condição, quando do seu credenciamento, sob pena de preclusão.

3.5. Será realizada consulta junto ao Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CAFIMP e junto ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS da Controladoria Geral da União (CGU), para verificação dos impedimentos.

3.6. A ausência de credenciamento não excluirá o licitante do certame, mas importará a preclusão do direito de formular lances na sessão, na renúncia ao direito de interposição de recursos e a prática de todos os demais atos inerentes ao certame.

4. DA FORMULAÇÃO DAS PROPOSTAS

4.1. A proposta comercial deverá ser elaborada conforme modelo sugerido no [Anexo XX](#), observada a Memória de Cálculo deste Edital, e deverá conter os seguintes elementos:

- a) razão social, CNPJ, endereço completo, número de telefone e fax, bem como nome do banco, número da conta e a respectiva agência onde deseja receber seus créditos.
- b) preço global, mensal e anual da contratação em moeda corrente do País, em algarismo, com duas casas decimais após a vírgula;
- c) planilhas de formação dos custos da contratação, com valores discriminados para cada grupo de municípios, com a mesma alíquota de ISSQN;
- d) data e assinatura do representante legal da empresa com identificação de seu nome abaixo da assinatura;

4.2. O prazo de validade da proposta será de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, a contar da data da sessão pública.

4.3. Quaisquer despesas necessárias à consecução do objeto, apuradas pelo licitante e omitidas no Projeto Básico, deverão ser consideradas e incluídas no **Grupo C – Lucro e Despesas Indiretas – LDI**.

4.4. O **Grupo A – “Remuneração”** deverá observar os termos do Projeto, discriminando os subgrupos A1(salário) e A2 (adicionais).

4.5. O percentual máximo para o **Grupo B – “Encargos Sociais e Trabalhistas”** é de **66,21%**.

4.5.1. As ME e EPP optantes pelo SIMPLES NACIONAL, estão dispensadas do recolhimento das contribuições às terceiras entidades (SESC, SENAC, INCRA, SEBRAE, etc.), conforme disposto § 1º do art. 17 combinado com o § 3º do artigo 13 da Lei Complementar 123/2006, não podendo portanto, incluí-las em suas propostas e planilhas, sob pena de desclassificação.

4.6. O **Grupo C – “Lucro e Despesas Indiretas – LDI”** engloba o lucro, despesas indiretas (administrativas, operacionais e supervisão), seguro de vida em grupo e demais despesas necessárias a execução de todo o contrato.

4.6.1. O IPRJ e a CSLL não deverão ser incluídos no LDI, por se constituírem em tributos de natureza direta e personalíssima, que onera pessoalmente o licitante, não devendo ser repassado ao Tribunal (Acórdão 1.595/2006 – Plenário, item 9.5.11 e Acórdão 325/2007 – Plenário, do TCU).

4.6.2. Para fins de formulação de proposta, o percentual do LDI não poderá ser superior a 10% (dez por cento), incidente sobre o Grupo A – Remuneração.

4.6.3. Para fins de contratação, o Grupo C não estará vinculado a nenhum outro grupo, sendo um valor que permanecerá fixo e será revisto conforme previsão contratual.

4.7. No **Grupo D - “Insumos”** as rubricas são **VARIÁVEIS** para fins de elaboração da proposta, **EXCETO** as rubricas – “Vale-Lanche” e “Desconto de 20% s/ Vale-Lanche”.

4.8. Os **Grupos E e F – “Despesas Reembolsáveis”** e **“Reserva Orçamentária para Pagamentos Futuros”**, respectivamente, são **FIXOS** para fins de elaboração de proposta. Sobre elas incidirão os percentuais previstos no **GRUPO G – Tributos**.

4.9. O **Grupo G – “Tributos”** deverá ser cotado, conforme o regime de tributação do licitante, podendo ser exigida comprovação pelo TJMG, a qualquer tempo.

4.9.1. O percentual para o cálculo do ISSQN deverá ser calculado de acordo com a variação deste tributo por grupo de municípios.

4.10. Na hipótese de isenção de algum dos Encargos Sociais Básicos e/ou Tributos, o licitante vencedor deverá apresentar documentos comprobatórios, deduzindo este percentual do Grupo B e/ou F.

4.11. A cotação de preços englobará todas as despesas relativas ao objeto do contrato, bem como todos os custos necessários à completa execução dos serviços abrangidos, os encargos sociais, previdenciários, trabalhistas, tributários, fiscais e comerciais, os benefícios obrigatórios e legais concedidos aos profissionais alocados, inclusive vale-transporte e vale-lanche.

4.11.1. Consideram-se incluídas na proposta todas as despesas necessárias à execução do contrato.

4.12. A estimativa de custo global anual e mensal da contratação é o constante das planilhas do [Anexo VI](#) deste Edital.

4.13. O Pregoeiro, no interesse da Administração, poderá adotar medidas saneadoras para julgamento das propostas, desconsiderar evidentes falhas formais que não afetem o seu conteúdo e relevar omissões puramente formais observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação.

4.14. Somente serão conhecidas propostas e documentação apresentadas na sessão pelo licitante ou seu representante legal, devidamente credenciado.

4.15. Após a abertura das propostas não será admitido cancelamento, inclusão ou exclusão de documentos, retirada da proposta ou alteração nas suas condições, ficando o licitante, em caso de descumprimento, sujeito à suspensão ou cancelamento do seu registro no Cadastro de Fornecedores deste Tribunal, além da inclusão no Cadastro de Fornecedores Impedidos de licitar e contratar com a Administração Pública Estadual, instituído pela Lei nº 13.994 de 18/09/2001.

5. DA SESSÃO DO PREGÃO

5.1. No dia, hora e local estabelecidos neste Edital, será realizada sessão pública para recebimento dos envelopes devendo o interessado, ou seu representante, identificar-se e comprovar a existência dos poderes necessários para a formulação de proposta e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame.

5.1.1. Após o anúncio dos licitantes credenciados, o Pregoeiro declarará aberta a sessão e receberá dos licitantes:

- a) Declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação (fora de envelope), conforme modelo do [Anexo XVIII](#), e
- b) envelopes de Proposta Comercial e Habilitação.

5.1.2. Aberta a sessão pública, não serão credenciados novos licitantes.

5.1.3. Ao apresentar a declaração de ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, as ME e EPP também deverão fazer constar, se houver, a restrição da documentação exigida, para efeito da comprovação de regularidade fiscal.

5.1.4. A Administração não se responsabilizará por envelopes de “Proposta” e “Habilitação” que não sejam entregues ao Pregoeiro designado, no local, data e horário definidos no edital.

5.2. Da Classificação das Propostas:

5.2.1. Em seguida, dar-se-á início a abertura dos envelopes de propostas para classificação. Aberto o primeiro envelope, não será aceita a participação de nenhum licitante retardatário.

5.2.2. A apresentação da proposta vinculará o seu autor a todas as condições e obrigações inerentes ao certame.

5.2.3. Será declarada classificada, pelo Pregoeiro, a proposta do licitante que ofertar o menor preço, conforme critério de julgamento indicado no preâmbulo deste Edital, bem como as propostas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquele, obedecendo ao disposto no item 4.

5.2.4. Não havendo pelo menos três propostas nas condições definidas no item anterior, o Pregoeiro classificará as melhores propostas subseqüentes, até o máximo de três.

5.2.5. Caso seja necessário, o Pregoeiro poderá suspender a Sessão do Pregão para a realização de diligências, designando nova data para sua continuidade, ficando intimados, no mesmo ato, os licitantes presentes.

5.3. Dos Lances:

5.3.1. O Pregoeiro convidará os licitantes classificados, individualmente e de forma seqüencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor, podendo ser ofertados lances intermediários entre o menor e o maior preço, na hipótese do ofertante declarar impossibilidade de cobrir o menor preço, devendo ser registrada em ata a nova proposta.

5.3.2. Dos lances ofertados não caberá retratação.

5.3.3. Os lances serão oferecidos em reais, ressalvando que somente os grupos **C, De G**, são **variáveis** (exceto as rubricas – “Vale-Lanche” e “Desconto de 20% s/ Vale-Lanche” do Grupo D).

5.3.4. Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

5.3.5. É oportunizado ao licitante cobrir o seu último lance, ofertando menor preço, o qual deverá ser consignado em ata pelo Pregoeiro.

5.3.6. A desistência em apresentar lance verbal implicará a exclusão do licitante da etapa de lances e a manutenção do último preço apresentado, para efeito de posterior ordenação das propostas.

5.3.7. O encerramento da etapa de lances dar-se-á quando, convocados pelo Pregoeiro, os licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

5.3.8. Se não forem ofertados lances verbais, será verificada a conformidade entre a melhor proposta escrita, ainda que seja a única formulada, e o valor praticado no mercado, podendo o Pregoeiro negociar diretamente com o proponente.

5.3.9. Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido ofertada por ME ou EPP e houver proposta apresentada por ME ou EPP até 5% (cinco por cento) superior à melhor proposta, estará configurado o empate previsto no art. 44, § 2º, da Lei Complementar nº. 123 de 14.12.2006.

5.3.10. Ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

5.3.10.1. a ME ou a EPP mais bem classificada será convocada para, no prazo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, apresentar nova proposta de preço inferior àquela considerada classificada em 1º lugar no certame, sob pena de preclusão do exercício do direito de desempate;

5.3.10.2. não sendo vencedora a ME ou EPP mais bem classificada, na forma do subitem anterior, ou sendo inabilitada pela não regularização fiscal no prazo estabelecido no item 8 deste Edital, serão convocadas as demais ME e EPP remanescentes, cujas propostas estejam dentro do limite estabelecido no *caput* desta condição, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

5.3.11. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas ME e EPP que se encontrem no limite estabelecido no *caput* desta condição, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.3.12. Na hipótese da não contratação nos termos previstos na condição anterior, o objeto licitado será adjudicado, desde que cumpridas as condições de habilitação, em favor da proposta classificada em 1º lugar na etapa de lances.

5.3.13. Ocorrendo alteração do valor global da proposta escrita, o licitante declarado vencedor (após verificada suas condições de habilitação) deverá reapresentar, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis após encerrada a sessão pública, proposta de preços com os valores readequados, conforme modelo do Anexo XX respeitado como limite máximo o valor global ofertado, desde que os preços unitários finais sejam menores ou iguais aos preços unitários da proposta comercial originária.

5.4. Da Exeqüibilidade dos Preços:

5.4.1. Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade daquela classificada provisoriamente em primeiro lugar, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.

5.4.1.1. Para fins de aceitabilidade da oferta, o Pregoeiro deverá analisar o preço, em conformidade com a quantidade e a estimativa definida pela Administração, observado o critério de julgamento estabelecido neste Edital.

5.4.2. Caso o Pregoeiro entenda que o preço é inexecúvel, fica estabelecido o prazo de até 2 (dois) dias úteis, para que o licitante demonstre a exeqüibilidade do seu preço. Se for confirmada a inexecüibilidade, o Pregoeiro convocará o próximo licitante melhor classificada, obedecida a ordem de classificação das ofertas até a apuração de uma que atenda as condições estabelecidas neste Edital.

5.4.3. Para demonstração da exeqüibilidade do preço ofertado, serão admitidos:

- a) planilha de custos elaborada pelo próprio licitante, sujeita a exame pela Administração; e/ou
- b) contratação em andamento com preços semelhantes.

5.4.4. O licitante que ofertar preço considerado inexecúvel pelo Pregoeiro, e que não demonstre posteriormente a sua exeqüibilidade, sujeita-se às sanções administrativas pela não manutenção da proposta, previstas no art. 12 da Lei nº. 14.167, de 2002, inclusive multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor da proposta originária, sem prejuízo de outras sanções como aquela tipificada no art. 93 da Lei Federal nº. 8.666, de 1993, além das demais cominações legais, observadas a ampla defesa e o contraditório.

6. DA HABILITAÇÃO

6.1. Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, o pregoeiro comprovará as condições de habilitação do autor da melhor oferta, mediante análise da documentação contida no envelope nº 2 – HABILITAÇÃO -, que consiste em:

- a) habilitação jurídica:
 - a.1) registro comercial, no caso de empresário individual;
 - a.2) última ata de eleição de diretores registrada da Junta Comercial e cópia do Estatuto arquivado na Junta Comercial, no caso de sociedades por ações;
 - a.3) cópia do contrato social e última alteração contratual, no caso de sociedade empresárias ou não empresárias;
 - a.4) CPF e Cédula de Identidade do proprietário, sócios ou diretores, caso estes não constem relacionados nos documentos acima.
- b) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;
- c) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- d) Certidão conjunta de débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União Junto à Receita Federal do Brasil;
- e) Certificado de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), emitido pela Caixa Econômica Federal;
- f) Certidão negativa de débito – CND, com o Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS);
- g) Certidão negativa de falência ou concordata, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- h) Certidão negativa da Fazenda Estadual (em cumprimento à Lei Estadual 14.167/02, art. 9º X
- i) Registro ou inscrição da empresa prestadora dos serviços na entidade profissional competente (Conselho Regional de Administração-CRA);
- j) Comprovação de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pelo CRA, comprovando este vínculo através de Carteira de Trabalho ou Ficha de Registro de Empregado. Para sócio da empresa será exigido o Estatuto ou contrato social.
- k) Atestado(s) de capacidade técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente averbado(s) no CRA, que comprove(m) a execução satisfatória de serviços similares, de complexidade operacional equivalente ou superior ao objeto ora licitado. Poderá ser apresentado mais de 01 atestado para a obtenção do quantitativo solicitado, desde que contenham no mínimo:
 - m1) 01 que contemple 40% (quarenta por cento) do efetivo a ser contratado;
 - m2) 02 atestados que contemplem 50% (cinquenta por cento) do efetivo a ser contratado.
- l) Declaração de cumprimento ao disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição da República, modelo [Anexo V](#) deste Edital.
- m) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, tomando como base a variação, ocorrida no período, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA ou de outro indicador que o venha a substituir. Serão considerados aceitos, na forma da lei, o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis, assim apresentados:
 - I. sociedades regidas pela Lei nº 6.404/76 (sociedade anônima): publicados em Diário Oficial ou em jornal de grande circulação, ou fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio do fornecedor.
 - II. sociedades empresárias e sociedades sujeitas ao regime estabelecido na Lei das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES NACIONAL): fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do fornecedor ou em outro órgão equivalente, ou fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis, devidamente registradas ou autenticadas na Junta Comercial da sede ou domicílio do fornecedor;
 - II.1) No caso de pequenas empresas optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Simples Nacional, o balanço patrimonial poderá ser substituído pela Declaração de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica do último Exercício;

- III. sociedade criada no exercício em curso: fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do fornecedor;
- IV. o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão conter assinatura do responsável da empresa e do profissional de contabilidade habilitado e devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.
- V. a boa situação financeira será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

$$SG = \frac{\text{..... ATIVO TOTAL.....}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

$$LC = \frac{\text{....ATIVO CIRCULANTE..}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

- V.1) as fórmulas deverão estar devidamente aplicadas em memorial de cálculos juntado ao balanço;
- V.2) se houver necessidade de a atualização do balanço e do patrimônio líquido, deverá ser apresentado o memorial de cálculo correspondente.
- n) comprovação de possuir, até a data da publicação deste Edital, capital social ou patrimônio líquido no valor mínimo corresponde a 10% do valor total estimado para a contratação (comprovação exigida somente no caso do licitante apresentar resultado igual ou inferior a 1 (um) nos índices de Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral).

6.2. Os documentos relacionados no item 6.1 poderão ser substituídos:

- a) pelo Certificado de Registro Cadastral emitido pelo Cadastro Geral de Fornecedoros do Estado de Minas Gerais – CAGEF; e/ou
- b) pelo Certificado emitido pelo SICAF, em vigor na data da realização do Pregão, desde que expressamente indicados no referido cadastro; e/ou

6.2.1. No caso de não constar dos mencionados cadastros quaisquer documentos exigidos no item 6.1, o licitante deverá incluí-los no envelope de habilitação, anexados ao(s) certificado(s) cadastral(is) acima citados.

6.2.2. Se os documentos relacionados no item 6.1, indicados nestes cadastros, estiverem com os prazos vencidos, deverão ser incluídos documentos vigentes, no envelope de habilitação.

6.2.3. O CNPJ do licitante, inclusive o constante no atestado de capacidade técnica, deverá ser o mesmo que constará na Nota Fiscal a ser emitida pela empresa vencedora desta licitação após a entrega de seu objeto.

6.3. Para fins de habilitação, é facultada ao Pregoeiro a verificação das informações e o fornecimento de documentos que constem de sítios eletrônicos de órgãos e entidades das esferas municipal, estadual e federal, emissores de certidões, devendo tais documentos serem juntados ao processo.

6.3.1. A possibilidade de consulta prevista no *caput* não constitui direito do licitante e a Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos no momento da diligência, hipótese em que, em face do não saneamento das falhas constatadas, o licitante será declarado inabilitado.

6.4. Os licitantes apresentarão documentos em cópias legíveis, autenticadas no cartório competente ou por servidor designado para o pregão.

6.5. Documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para a língua portuguesa, efetuada por Tradutor Juramentado, e devidamente consularizados ou registrados no Cartório de Títulos e Documentos.

6.6. Os documentos encaminhados para habilitação deverão estar em nome do licitante e, preferencialmente, com o número do CNPJ e o respectivo endereço, inclusive para os casos de documentações de estabelecimentos matriz ou filial, exceto aqueles somente emitidos em nome da matriz.

6.7. As ME e EPP deverão apresentar toda a documentação exigida para a habilitação, inclusive os documentos comprobatórios da regularidade fiscal, mesmo que estes apresentem alguma restrição.

6.7.1. Havendo restrição na comprovação da regularidade fiscal das ME e EPP, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial ocorrerá na sessão pública, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para regularização.

6.7.2. A prorrogação do prazo para a regularização fiscal dependerá de requerimento, devidamente fundamentado, a ser dirigido ao Pregoeiro.

6.7.3. Entende-se por tempestivo o requerimento apresentado dentro dos dois dias úteis inicialmente concedidos.

6.7.4. A não regularização da documentação fiscal, no prazo previsto neste item, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções cabíveis.

6.8. Todos os documentos deverão ter vigência até o dia previsto para a realização do pregão, sendo que, na hipótese de inexistir nos documentos prazo expresso de sua validade, reputar-se-ão válidos por 90 (noventa) dias, contados de sua expedição.

6.9. Verificado o atendimento das exigências fixadas no edital, o licitante será declarado vencedor e deverá apresentar ao Tribunal, no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da data da sessão pública:

- a) planilhas de composição de custos global mensal e anual e formação de preços, contendo as discriminações constantes do [Anexo VI](#) e Memória de Cálculo.
- b) Relação de alíquotas por município.
- c) Declaração, dirigida à Diretoria Executiva da Gestão de Bens, Serviços e Patrimônio, informando qual a modalidade de garantia, dentre as previstas no edital, será prestada para fins das obrigações contratuais.

6.9.1. Na proposta final a ser apresentada, serão observados para fins de contratação, os limites máximos estabelecidos pelo Tribunal nas respectivas planilhas de composição de custos do Projeto Básico, de acordo com a previsão orçamentária.

6.10. Se o detentor da melhor proposta desatender às exigências previstas neste título, será inabilitado e o Pregoeiro examinará as ofertas subseqüentes e a qualificação do licitante seguinte, na ordem de classificação, até a seleção daquela que atenda ao Edital, e cujo ofertante, uma vez preenchidas as condições de habilitação, será declarado vencedor.

6.11. Verificado o atendimento das exigências fixadas neste Edital, o licitante será declarada vencedora.

6.12. O licitante obriga-se a declarar a superveniência de fato impeditivo da habilitação, observadas as penalidades cabíveis.

6.13. O Tribunal manterá em seu poder, por meio da Gerência de Compra de Bens e Serviços – GECOMP, os envelopes de habilitação dos demais licitantes, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, após a homologação da licitação, devendo os licitantes retirá-los após este período, sob pena de inutilização dos mesmos.

7. DO RECURSO

7.1. Declarado o vencedor qualquer licitante poderá manifestar, imediata e motivadamente, a intenção de recorrer, cuja síntese será lavrada em ata:

7.1.1. aos licitantes que manifestarem a intenção de recorrer, será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso;

7.1.2. aos demais licitantes, independentemente de intimação, será concedido igual prazo para apresentação de contra-razões, o qual começará a contar a partir do término do prazo concedido ao recorrente.

7.2. O encaminhamento das razões e eventuais contra-razões deverá ser feito por escrito e protocolizado no TJMG, na Rua dos Timbiras, 1802, Centro, Belo Horizonte/MG.

7.3. O licitante poderá apresentar as razões do recurso na própria sessão do pregão, as quais serão reduzidas a termo pelo Pregoeiro na respectiva ata.

7.4. Após o término da sessão será assegurada vista imediata dos autos a todos os licitantes.

7.5. Os recursos serão dirigidos ao Pregoeiro, que reconsiderando ou não a sua decisão, os encaminhará devidamente informados, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, à Diretoria-Executiva da Gestão de Bens, Serviços e Patrimônio – DIRSEP.

7.6. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante, quanto ao resultado do certame, importará a decadência do direito de interposição de recurso.

7.7. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

8. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

8.1. Será lavrada ata circunstanciada da sessão pública do pregão com o registro dos licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, dos preços a serem registrados, da análise dos documentos de habilitação e dos recursos interpostos além de outros registros pertinentes.

8.2. O procedimento de adjudicação é atribuição do pregoeiro, se não houver recurso, ou, havendo, da autoridade competente do TJMG, que também procederá à homologação do certame.

9. DA CONTRATAÇÃO

9.1. A contratação se efetivará através de contrato e os serviços deverão ser executados com estrita observância das especificações constantes do Projeto Básico e nos demais anexos deste Edital, além de outras fixadas na proposta vencedora e necessárias à fiel execução do objeto licitado.

9.2. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura.

9.3. Se a empresa declarada vencedora não assinar o contrato no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da data do recebimento da convocação pelo Tribunal, caducará o seu direito à contratação.

9.4. Ocorrendo a hipótese prevista no item anterior, o pregoeiro examinará as ofertas subsequêntes e convocará os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma que atenda ao edital, podendo negociar com o proponente para que seja obtido preço melhor.

9.5. A contratada não poderá, em hipótese alguma, caucionar ou utilizar o contrato com o TJMG para qualquer operação financeira.

9.6. A contratação decorrente desta licitação poderá ser rescindida, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial, nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, sem que a contratada, por isso, tenha direito a qualquer reclamação ou indenização, salvo pelos serviços executados até o momento da rescisão.

9.7. A rescisão do contrato provocada pela inadimplência da contratada acarretará aplicação das sanções previstas na Lei Federal nº 8.666/93, sem prejuízo das responsabilidades civil e penal.

9.8. A contratada deverá manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

10. DA GARANTIA

10.1. A contratada deverá apresentar na Diretoria Executiva de Finanças e Execução Orçamentária – DIRFIN, no prazo de 10 (dez) dias contados da data da assinatura do contrato, garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato, podendo escolher uma das modalidades abaixo:

- a) Caução em dinheiro;
- b) Título da Dívida Pública, considerado apenas o seu valor de mercado certificado por Bolsa de Valores;
- c) Seguro garantia correspondente, no qual deverá constar cláusula de cancelamento do seguro somente com anuência do TJMG. Cópia autenticada desta apólice deverá ser encaminhada à DIRFIN;
- d) Carta de Fiança Bancária fornecida por banco de reconhecida idoneidade financeira;

10.2. Se a modalidade escolhida for caução em dinheiro, esta deverá ser recolhida pela Contratada na DIRFIN, quando da devolução, serão acrescidos ao valor inicial os rendimentos de aplicação financeira.

10.3. Se a opção recair por fiança bancária, deverá constar do documento a expressa renúncia pelo fiador dos benefícios previstos nos artigos 827 e seguintes do Código Civil.

10.4. Aditado o contrato ou prorrogado o prazo de sua vigência, a Contratada fica obrigada a substituir ou complementar a garantia prestada, no mesmo percentual e modalidades constantes deste título.

10.4.1. O Tribunal reterá todos os créditos da Contratada relativos à prestação dos serviços até que seja atendido o disposto no subitem anterior.

10.5. A garantia do contrato responderá pelo inadimplemento das obrigações contratuais, inclusive indenizações a terceiros e as multas que venham ser impostas à Contratada.

10.6. Se o valor da garantia for utilizado em pagamento de qualquer obrigação, inclusive indenização a terceiros, a Contratada se obriga a fazer a respectiva reposição, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, a contar da data em que for notificada.

10.7. A garantia prestada somente será liberada ou restituída após a execução do contrato e desde que não haja, no plano administrativo ou judicial, qualquer pendência ou reclamação, hipótese em que ficará retida até solução final.

10.8. A devolução da garantia não exime a Contratada das responsabilidades civil e penal, oriundas da execução do objeto do presente contrato.

10.9. O Tribunal não efetuará o pagamento da prestação dos serviços, enquanto a Contratada não recompuser a garantia no valor correspondente ao descontado em decorrência do inadimplemento.

10.10. As demais informações sobre as condições da garantia são as constantes do contrato, anexo ao presente Edital.

11. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes desta licitação correrão por conta da dotação orçamentária própria do Tribunal, nas classificações orçamentárias nºs 3.3.90.37.01 – Locação de Serviços de Conservação e Limpeza e 3.3.90.37.02 – Locação de Serviços de Apoio Administrativo.

12. DO PAGAMENTO

12.1. O pagamento pelos serviços prestados será efetuado mensalmente pelo Tribunal, através da Diretoria Executiva de Finanças e Execução Orçamentária – DIRFIN, por meio de ordem bancária, no prazo de 10 (dez) dias, contados de apresentação do documento fiscal hábil de cobrança, devidamente atestado.

12.1.1. O pagamento da Nota Fiscal/Fatura somente será efetuado após a verificação da regularidade do licitante junto à Seguridade Social - CND, ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS e à Fazenda Federal, Estadual e Municipal de seu domicílio ou sede, bem como ao Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de MG - CAFIMP, além do cumprimento das obrigações contratuais assumidas e a de manter, durante o contrato, todas as condições de habilitação exigidas no Edital.

12.2. O ateste da fatura correspondente à prestação dos serviços caberá à COSERG.

12.3. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, devidamente regularizados.

12.4. O Tribunal se reserva o direito de descontar do pagamento os eventuais débitos da contratada, inclusive os relacionados com multas, danos e prejuízos contra terceiros.

12.5. Não serão pagos serviços prestados em desacordo com as especificações que integram o Edital, o Projeto Básico e seus Anexos.

13. DO REAJUSTAMENTO

13.1. As condições de reajustamento dos preços contratados estão disciplinadas no Projeto Básico e minuta de contrato, anexos ao presente Edital.

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Na forma prevista no art. 12 da Lei Estadual nº. 14.167, de 2002, c/c o art. 81 da Lei Federal nº. 8.666/93, garantida a ampla defesa, poderá ser aplicada sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, àquele licitante que:

- a) apresentar documentação falsa;
- b) deixar de apresentar documentação exigida para o certame;
- c) convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar a Autorização de Compra;
- d) ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação;
- e) não mantiver a proposta;
- f) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

14.1.1. Configurada quaisquer das hipóteses do item anterior, o licitante estará sujeito à multa de até 20% (vinte por cento) do valor da sua proposta originária.

14.1.2. O prazo do impedimento de licitar e contratar será de até 5 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.1.3. As sanções serão registradas no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública do Estado de Minas Gerais – CAFIMP, e se for o caso, o licitante será descredenciado junto ao Cadastro de Fornecedores do Tribunal de Justiça, por período de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no edital e no instrumento contratual e das demais cominações legais.

14.2. Pelo atraso na inexecução total ou parcial no cumprimento do objeto, recusa em firmar o contrato, garantida a ampla defesa, a Contratada ficará sujeita às sanções previstas na Minuta de Contrato, [Anexo XXI](#) deste edital.

15. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

15.1. Até às 18 horas do dia 14.05.2009, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o ato convocatório deste Pregão, mediante petição, dirigida à Gerência de Compra de Bens e Serviços – GECOMP, devendo protocolizá-la na Rua dos Timbiras nº. 1.802, Centro, Belo Horizonte/MG.

15.2. No prazo legal, a GECOMP decidirá sobre a impugnação.

15.3. Os pedidos de esclarecimentos, obedecido o prazo do item 15.1, deverão ser encaminhados à GECOMP pelo telefax (31)3224-2816 ou pelo e-mail gecomp.coali@tjmgo.gov.br

15.4. A formulação da proposta, sem que tenha sido tempestivamente impugnado o presente edital, implicará a plena aceitação, por parte dos interessados, das condições nele estabelecidas

16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. A apresentação de proposta obriga o licitante declarado vencedor ao cumprimento de todas as disposições contidas neste Edital.

16.2. É facultada ao pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

16.2.1. A verificação de documentos em sítios oficiais constitui meio legal de prova destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

16.2.2. Caso não seja possível decidir de imediato sobre a aceitabilidade da proposta ou dos documentos de habilitação, ou ainda, caso seja necessário a realização de diligências, o Pregoeiro poderá suspender a sessão e marcar nova data para sua continuidade ficando intimados, no mesmo ato, os licitantes presentes.

16.3. A presente licitação poderá ser revogada por motivo de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulada, no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiro, sem que caiba aos licitantes qualquer direito a reclamação ou indenização por esses fatos, de acordo com o art. 49 da Lei Federal nº 8.666/93.

16.4. O pregoeiro, no interesse da Administração, poderá adotar medidas saneadoras para julgamento das propostas, desconsiderar erros que não afetem o seu conteúdo e relevar omissões puramente formais, observadas na documentação e/ou proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação.

16.5. O objeto da presente licitação poderá sofrer acréscimos ou supressões, conforme previsto no art. 65, §§ 1º e 2º, da Lei Federal n.º 8.666/93.

16.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

16.7. Suspenso o expediente no TJMG nas datas previstas, estas ficam automaticamente prorrogadas para o mesmo horário do primeiro dia útil de expediente.

16.8. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.9. As respostas às consultas formuladas e a comunicação dos demais atos serão disponibilizados no sítio www.tjmg.gov.br, link: licitações e divulgados por e-mail aos potenciais licitantes interessados que enviarem o formulário “**Retirada de Editais pela Internet**” devidamente preenchido.

16.10. Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pelo pregoeiro e equipe de apoio.

16.11. São partes integrantes e inseparáveis do presente Edital:

- Anexo I: Quantitativo de Profissionais
- Anexo II: Total de Ocupações por Área
- Anexo III: Relação dos Endereços para a prestação dos Serviços
- Anexo IV: Especificações Técnicas
- Anexo V: Memória de Cálculo
- Anexo VI: Planilhas de Custos de Contratação
- Anexo VII: Planilhas Estimativas de Uniformes, EPI's e EPC's
- Anexo VIII: Planilha Estimativa de Materiais de Consumo – Trimestral
- Anexo IX: Planilha Estimativa de Produtos de Limpeza e Higiene – Mensal
- Anexo X: Planilha Estimativa de Máquinas e Equipamentos – Depreciação Anual
- Anexo XI: Planilha Estimativa de Ferramentais para Jardim – Anual
- Anexo XII: Descrição dos Serviços
- Anexo XIII: Especificações Mínimas Exigidas para Materiais de Consumo, Máquinas e Equipamentos
- Anexo XIV: Relatório de Acompanhamento dos Serviços
- Anexo XV: Relatório de Acompanhamento Mensal das Substituições de Profissionais
- Anexo XVI: Formulário Relatório de Viagem / Prestação de Contas
- Anexo XVII: (Modelo) Credenciamento
- Anexo XVIII: (Modelo) Declaração que cumpre os requisitos de habilitação
- Anexo XIX: (Modelo) Declaração de Menor Empregado
- Anexo XX: (Modelo) Proposta Comercial
- Anexo XXI: Minuta de Contrato
 - Projeto Básico

Belo Horizonte, 05 de maio de 2009.

TJ 4060-0
Henrique Esteves Campolina Silva
Gerente de Compra de Bens e Serviços